

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE SINTRA**  
Entrada n.º: 60  
Data: 15 MAR 2017



*Exmo. Senhor*

*Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,*

*Dr. Domingos Quintas*

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

SORM

2017.03.14

ASSUNTO: Proposta n.º 217-PV/2017

«Aprovar a alteração dos Estatutos da A2S – Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia».

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, solicito a V. Ex.ª que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião da Câmara realizada em 14 de março de 2017.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA

*Basílio Horta* °



PATRIMÓNIO MUNDIAL WORLD HERITAGE

Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais  
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt

# CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

## DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

38

Nos termos do Art. 57º, nº.3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei nº.75/2013 de 12 de setembro; artigo 34º, nºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015 de 7 de janeiro; e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária de 25 de outubro de 2013 que aprovou por unanimidade a Proposta nº 3-P/2013, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião ordinária de 14-03-2017**.

Proposta nº 217-PV/2017, subscrita pelo Sr. Vereador Pedro Ventura, que se anexa:

VOTAÇÃO:

*Aprovada por unanimidade.*

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 14 de março de 2017.

O Presidente



Basílio Horta

*Helena Saraiva*  
A Coordenadora

Helena Saraiva



PATRIMÓNIO MUNDIAL WORLD HERITAGE

Comuna Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais  
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/[gaom@cm-sintra.pt](mailto:gaom@cm-sintra.pt)



**PROPOSTA N.º PV/ 217 /2017**

1. Tendo por base o regulamento nº 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Dezembro de 2013, que estabelece as **disposições gerais e comuns relativas** ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), ao Fundo Social Europeu (FSE), ao Fundo de Coesão (FC), ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), e o previsto no Acordo de Parceria 2014-2020 (versão de Julho de 2014), os municípios de Loures, Mafra e Sintra consideraram que era importante desenvolver acções no sentido da promoção destes territórios;
2. A região norte da Área Metropolitana de Lisboa (Loures, Mafra e Sintra) não era elegível para aceder à maioria dos apoios previstos no âmbito dos DLBC, situação que se alterou no âmbito do quadro comunitário 2014-2020;
3. Os municípios de Loures, Mafra e Sintra entenderam ser necessário associar-se para a criação de um GAL com vista à apresentação de uma candidatura a um DLBC destinado às comunidades de base rural sendo que o território de intervenção acordado corresponde às 19 freguesias rurais que incluem aldeias e vilas saloias, terrenos agrícolas e zonas verdes com um significativo potencial agrícola, agro-florestal e turístico, designadamente:

Reunião de

14 MAR, 2017

Docº Agendado com o

38



- **Loures:** freguesias de Bucelas; Fanhões; Loures; Lousa; União de Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal
  - **Mafra:** freguesias de Carvoeira; Encarnação; Mafra; Milharado; Santo Isidoro; UF Azueira e Sobral da Abelheira; UF Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário; UF Igreja Nova e Cheleiros; UF Malveira e São Miguel de Alcainça; UF Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés
  - **Sintra:** freguesias de Colares; UF Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar; UF São João das Lampas e Terrugem; UF Sintra;
4. A constituição do GAL consubstanciou-se na criação de uma pessoa jurídica de direito privado - Associação sem fins lucrativos - que actua de forma integrada e coordenada no território de intervenção definido e conte com a cooperação activa de todas as partes interessadas (entidades públicas e privadas);
5. A criação de Associação A2S acarretou significativas vantagens para os respectivos territórios, nomeadamente:
- a. Gestão local dos fundos atribuídos ao território, numa lógica participativa e de proximidade;
  - b. Atracção e impulso a novos investimentos;
  - c. Promoção de novas oportunidades de negócio;
  - d. Criação de emprego;
  - e. Diversificação das economias locais;
  - f. Incentivo e apoio à iniciativa local;
  - g. Estímulo da inovação social;
  - h. Melhoria da qualidade de vida das comunidades;
  - i. Promoção de parcerias e actividades de cooperação;
  - j. Produção de conhecimento de apoio à intervenção;

Reunião de

14 MAR, 2017

Docº Agendado com  
nº 38

- k. Divulgação da marca da região e dos respectivos produtos e recursos endógenos;
  - l. Estimulo a mecanismos de liderança e de participação ao nível local;
  - m. Promoção da cidadania activa;
  - n. Valorização e disseminar de boas práticas.
6. Os três municípios encontraram parceiros relevantes (públicos e privados) que, por sua vez, aceitaram ser membros fundadores da Associação, o que lhe conferiu uma abrangência económica e social significativa;
7. Na 23.ª Reunião Ordinária e Pública da Câmara Municipal de Sintra realizada no dia 21 de Outubro de 2014, foi agendada a proposta n.º 826-P/2014 (Submeter a deliberação da Assembleia Municipal a adesão do Município de Sintra à A2S – Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia e aprovação dos respectivos estatutos, nos termos da proposta), a qual foi aprovada por unanimidade;
8. Foi submetida a anterior proposta à Assembleia Municipal do dia 19 de Fevereiro de 2015, agendada no ponto 7, a qual mereceu aprovação por unanimidade;
9. Passados que estão dois anos da sua aprovação, existe necessidade de rever e clarificar alguns artigos dos Estatutos (cf. Anexo 1) sendo que se mantêm os seguintes princípios orientadores:
- a. O nome da Associação: Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia adiante designada por A2S;

*[Handwritten signature]*

Reunião de

14 MAR, 2017

3

Docº Agendado com o

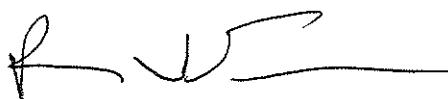
Nº 38

- b. A Associação A2S tem por missão a promoção e incentivo ao desenvolvimento local de base comunitária, nos territórios rurais da região norte da Área Metropolitana de Lisboa, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida nas suas diferentes dimensões;
  - c. A Associação A2S pretende ser uma Associação de referência, a nível nacional, focalizada no desenvolvimento local de base comunitária baseado na concertação entre parceiros com o objectivo de maximizar as oportunidades e as potencialidades e superar as dificuldades e problemas diagnosticados;
10. A Proposta de Alteração de Estatutos mereceu parecer favorável da DJUR da Câmara Municipal de Sintra (Cf. Anexo 2).

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Sintra delibere aprovar a submissão à Assembleia Municipal da alteração dos Estatutos, ao abrigo do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25, na alínea ccc) do artigo 33, n.º1, da Lei 75/ 2013.

Sintra, 02 de Março de 2017

**O VEREADOR,**



**PEDRO VENTURA**

Recebido em

14 MAR, 2017

Agendado com  
nº 38

**Anexos: Proposta de Alteração de Estatutos e Parecer da DJUR.**

**ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA  
REGIÃO SALOIA – A2S**

**Artigo 1º**

**(DENOMINAÇÃO, SEDE, ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO)**

1. A “Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia – A2S”, adiante designada Associação, é uma pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, com sede na Avenida 1.º de maio, n.º 1, na freguesia de Mafra, concelho de Mafra;
2. A Associação tem o número de pessoa coletiva 513351353 e o número de identificação na segurança social de 25133513539;
3. A sede social da Associação pode ser alterada, por decisão da Assembleia Geral, para qualquer localização dentro da área geográfica de atuação;
4. A Associação terá como área geográfica de atuação os concelhos da NUTS III – Zona Norte da Área Metropolitana de Lisboa, podendo esta ser alargada por decisão da Assembleia Geral;
5. A Associação poderá filiar-se em organismos nacionais ou internacionais com objeto afim ou convergente.

**Artigo 2º**

**(OBJETO)**

A Associação tem por objeto promover o desenvolvimento integrado e sustentável dos concelhos que constituem a sua área geográfica de atuação, com vista à melhoria das

Reunião de

14 MAR, 2017

Queto Agendado com o  
na 38

condições económicas e de vida das populações, no âmbito das seguintes temáticas, ainda que não exclusivas:

- a) Produção agrícola, silvícola, pecuária e agroalimentar;
- b) Pesca e aquacultura;
- c) Empresas e emprego;
- d) Educação e formação;
- e) Ambiente e património edificado, cultural e natural;
- f) Turismo, em especial o turismo em meio rural, natural, paisagístico e marítimo;
- g) Associativismo e cidadania;
- h) Ação, dinamização e inclusão social;
- i) Inovação, investigação e empreendedorismo.

### Artigo 3º

#### (ATRIBUIÇÕES)

Com vista à realização do seu objeto, a Associação tem designadamente as seguintes atribuições:

- a) Desempenhar as funções delegadas pelos organismos responsáveis pelos Programas da União Europeia, Nacionais e Regionais, no âmbito do desenvolvimento local;
- b) Construir Estratégias de Desenvolvimento Local, onde se definam os objetivos e metas a atingir, para um determinado período de tempo, com base na identificação prévia das necessidades do território de atuação;

Reunião de  
14 MAR. 2017  
Docº Agendado com o  
nº 38



- c) Desenvolver estudos e projetos que se enquadrem no objeto da Associação e que de alguma forma conduzam ao cumprimento das Estratégias de Desenvolvimento Local definidas;
- d) Promover o intercâmbio e o desenvolvimento de atividades de cooperação com associações e organismos nacionais ou estrangeiros que prossigam o mesmo objeto ou objetos complementares;
- e) Promover ações de formação profissional e de capacitação das populações locais, em temáticas enquadradas no objeto da Associação;
- f) Prestar serviços de consultadoria à elaboração de projetos de investimento, relacionados com o objeto da Associação, desde que daí não surjam conflitos de interesse com outras atribuições da Associação;
- g) Promover, participar e organizar eventos e outras iniciativas, bem como conceber e elaborar publicações, enquadradas no objeto e nas restantes atribuições da Associação.

Artigo 4º  
(ASSOCIADOS)

Reunião de  
14 MAR, 2017  
Docº Agendado com o  
Nº 38

1. Podem ser associados da Associação as pessoas coletivas, seja qual for a sua forma jurídica, que exerçam as suas atividades na área geográfica de atuação da Associação e que possam contribuir para a prossecução do seu objeto;
2. Os associados têm as seguintes categorias: sócios fundadores e sócios efetivos.
  - a) Sócios fundadores são os aderentes à data da sua fundação;

- b) Sócios efetivos são os que aderirem à Associação em data posterior à sua fundação.
3. A admissão dos associados é da competência da Assembleia Geral, por proposta da Direção, a pedido dos interessados, e aprovada por dois terços dos sócios fundadores.

#### Artigo 5º

#### (ORGÃOS)

São órgãos sociais desta Associação:

- a) A Assembleia Geral;
- b) A Direção;
- c) O Conselho Fiscal.

#### Artigo 6º

#### (ASSEMBLEIA GERAL)

- 1. A Assembleia Geral é o órgão supremo da Associação e as suas deliberações tomadas nos termos legais e estatutários são obrigatórias para os restantes órgãos sociais da Associação e para todos os associados;
- 2. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados, no pleno gozo dos seus direitos, convocada nos termos da Lei e do Regulamento Interno da Associação;
- 3. A Assembleia Geral é dirigida pela Mesa, constituída por um Presidente e dois secretários.

#### Artigo 7º

Reunião de  
1.6 MAR, 2017  
Docº Agendário com o  
nº 38

### (DIREÇÃO)

1. A Direção é o órgão de administração e representação da Associação;
2. A Direção é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente que substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos, um Secretário, um Tesoureiro e três vogais;
3. São competências da Direção:
  - a) Executar as deliberações da Assembleia Geral;
  - b) Organizar e superentender a atividade da Associação;
  - c) Exercer as demais funções previstas na lei, nos presentes Estatutos e no Regulamento Interno da Associação;
  - d) Elaborar os planos de atividades e orçamento, relatórios de atividades e contas a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

### Artigo 8º

### (QUEM OBRIGA A ASSOCIAÇÃO)

Para obrigar a Associação, são necessárias e bastantes, as assinaturas de dois membros da Direção, sendo um deles, o seu Presidente ou no seu impedimento, o seu substituto expresso.

### Artigo 9º

### (CONSELHO FISCAL)

1. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização e controlo da Associação;
2. O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente e dois Vogais;

Reunião de  
14 MAR, 2017  
Docº Agendado com  
Nº 38

3. Compete ao Conselho Fiscal designadamente:

- a) Dar parecer sobre os relatórios de atividades e contas anuais da Direção;
- b) Fiscalizar a administração realizada pela Direção da Associação;
- c) Assegurar todas as demais competências que lhe sejam atribuídas pela Lei, pelos presentes Estatutos e pelo Regulamento Interno da Associação.

Artigo 10º

(ELEIÇÕES DOS ÓRGÃOS)

- 1. O mandato da Mesa da Assembleia Geral, da Direção e do Conselho Fiscal é de três anos, sendo sempre permitida a reeleição;
- 2. Nenhum dos associados pode ser eleito para mais do que um dos órgãos da Associação simultaneamente;
- 3. Os órgãos são eleitos em escrutínio secreto, em lista plurinominal, de entre os associados com direito a voto.

Artigo 11º

(PATRIMÓNIO E FUNDOS)

Constituem receitas da Associação:

- a) As quotas fixadas pela Assembleia Geral;
- b) As contribuições extraordinárias;
- c) Quaisquer subsídios ou contribuições que lhe forem atribuídos;
- d) Quaisquer donativos, heranças ou legados;
- e) As provenientes da organização de atividades, vendas e prestação de serviços.

Reunião de  
14 MAR, 2017  
Agendado com o  
38

## Artigo 12º

### (DISSOLUÇÃO)

A Associação só poderá ser dissolvida por deliberação da maioria de três quartos do número de todos os associados, reunidos em sessão expressamente convocada para o efeito.

## Artigo 13º

### (DISPOSIÇÕES SUPLETIVAS)

Em tudo o que os presentes estatutos sejam omissos, são aplicadas as normas legais supletivas e o regulamento interno da Associação, cuja aprovação e alterações são da competência da Assembleia Geral.

Reunião de  
14 MAR, 2017  
Docº Agendado com o  
Nº 38

REGULAMENTO INTERNO DA ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA – A2S

Artigo 1º

(DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE, ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO)

1. A “Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia – A2S”, adiante designada Associação, é uma pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, com sede na Avenida 1.º de maio, n.º 1, na freguesia de Mafra, concelho de Mafra;
2. A Associação terá como área geográfica de intervenção os concelhos da NUTS III – Zona Norte da Área Metropolitana de Lisboa, podendo esta ser alargada por decisão da Assembleia Geral;
3. A Associação poderá filiar-se em organismos nacionais ou internacionais com objeto afim ou convergente.

Artigo 2º

(ATRIBUIÇÕES)

Com vista à realização do seu objeto previsto nos respetivos estatutos, a Associação tem designadamente as seguintes atribuições:

- a) Desempenhar as funções delegadas pelos organismos responsáveis pelos Programas da União Europeia, Nacionais e Regionais, no âmbito do desenvolvimento local;

Reunião de

1.ª MAR, 2017

Docº Agendado com r  
nº 38

- b) Construir Estratégias de Desenvolvimento Local, onde se definam os objetivos e metas a atingir, para um determinado período de tempo, com base na identificação prévia das necessidades do território de atuação;
- c) Desenvolver estudos e projetos que se enquadrem no objeto da Associação e que de alguma forma conduzam ao cumprimento das Estratégias de Desenvolvimento Local definidas;
- d) Promover o intercâmbio e o desenvolvimento de atividades de cooperação com associações e organismos nacionais ou estrangeiros que prossigam o mesmo objeto ou objetos complementares;
- e) Promover ações de formação profissional e de capacitação das populações locais, em temáticas enquadradas no objeto da Associação;
- f) Prestar serviços de consultadoria à elaboração de projetos de investimento, relacionados com o objeto da Associação, desde que daí não surjam conflitos de interesse com outras atribuições da Associação;
- g) Promover, participar e organizar eventos e outras iniciativas, bem como conceber e elaborar publicações, enquadradas no objeto e nas restantes atribuições da Associação.

### Artigo 3º

#### (DIREITOS DOS ASSOCIADOS)

1. Para além dos previstos em Lei, constituem direitos dos Associados, nomeadamente:

Reunião de  
14 MAR, 2017  
Docº Agendado com  
Nº 38

- a) Eleger e ser eleito para cargos dos órgãos sociais da Associação nos termos dos estatutos e deste regulamento interno;
- b) Requerer a convocação das Assembleias Gerais extraordinárias nos termos estatutários e deste Regulamento Interno;
- c) Participar na Assembleia Geral e nas atividades da Associação;
- d) Propor alterações aos Estatutos e ao Regulamento Interno da Associação;
- e) Solicitar as informações e esclarecimentos considerados necessários sobre a forma como se processa a atividade da Associação e seus resultados;
- f) Exercer os poderes previstos nos presentes estatutos e nos regulamentos internos da Associação;
- g) Auferir dos benefícios da atividade da Associação;
- h) Apresentar propostas e sugestões à prossecução do objeto e atribuições estatutárias.

#### Artigo 4º

#### (DEVERES DOS ASSOCIADOS)

1. Para além dos previstos em Lei, constituem deveres dos Associados, nomeadamente:
  - a) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais, estatutárias e regulamentares, bem como as deliberações dos órgãos da Associação;
  - b) Pagar pontualmente as quotas que forem fixadas pela Assembleia Geral;

Reunião de

14 MAR, 2017

Docº Agendado com o

Nº 38



- c) Prestar à Associação toda a colaboração necessária para a prossecução da atividade;
- d) Desempenhar os cargos para que foram eleitos ou designados;
- e) Participar na Assembleia Geral;
- f) Zelar pelo bom nome e engrandecimento da Associação.

#### Artigo 5º

##### (REPRESENTAÇÃO DAS PESSOAS COLETIVAS ASSOCIADAS)

1. Os associados, pessoas coletivas, far-se-ão representar nesta Associação pelos seus dirigentes ou substitutos por eles designados;
2. Assim, no início de cada mandato, cada associado, deverá indicar o seu representante e seu substituto. Deve ser comunicada por escrito, a alteração de dirigentes e/ou representantes dos associados, sempre que esta se verifique.

#### Artigo 6º

##### (ABANDONO E SANÇÕES)

1. A saída de qualquer dos associados da Associação, só poderá verificar-se após comunicação nesse sentido à Mesa da Assembleia Geral;
2. Esta comunicação deverá ser efetuada com pelo menos três meses de antecedência em relação à data de abandono da Associação. Nesse período, mantêm-se as obrigações, direitos e deveres dos associados;
3. Perde a qualidade de associado, qualquer membro que deixe de prosseguir o objeto da Associação e/ou tenha praticado atos contrários ao seu objeto, ou suscetíveis de afetar gravemente o seu prestígio;

Reunião de

14 MAR, 2017

Docº Agendado com r

Nº 38

4. A suspensão ou exclusão de qualquer associado, em consequência do referido no número 3 deste artigo, será decidida pela Assembleia Geral, por proposta da Direção, ou de pelo menos três associados;
5. O não pagamento das quotas de associado, implica a perda do direito de voto no âmbito da qualidade de associado e impede a sua participação nas listas para as eleições dos órgãos sociais.

#### Artigo 7º

##### (ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS)

1. São Órgãos Sociais desta Associação a Mesa da Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal;
2. A duração dos mandatos da Mesa da Assembleia Geral, da Direção e do Conselho Fiscal, é de três anos;
3. A posse dos titulares dos cargos dos órgãos Sociais é conferida pelo Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, mantendo-se os membros cessantes em exercício de funções até à posse dos novos titulares;
4. Os órgãos sociais são constituídos por pessoas coletivas que se farão representar pelo seu Presidente ou pessoa por ele designada com delegação de poderes;
5. As listas candidatas a apresentar a eleições deverão incluir todos os órgãos sociais.

#### Artigo 8º

##### (ASSEMBLEIA GERAL)

Reunião de  
14 MAR, 2017  
Docº Agendado com o  
nº 38

1. A Assembleia Geral é o órgão supremo da Associação e as suas deliberações tomadas nos termos legais e estatutários são obrigatórias para os restantes órgãos sociais da Associação e para todos os associados.
2. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados, no pleno gozo dos seus direitos, convocada nos termos da Lei, dos estatutos e do Regulamento Interno.
3. A Assembleia Geral é dirigida pela Mesa, constituída por um Presidente e dois secretários.

### Artigo 9º

#### (COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA GERAL)

Sem prejuízo do mais que for previsto na Lei e nos estatutos, compete à Assembleia Geral nomeadamente:

- a) Eleger por escrutínio secreto em lista plurinomial, a Mesa da Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal, em Assembleia Geral ordinária;
- b) Destituir a Direção, Conselho Fiscal e Mesa da Assembleia Geral;
- c) Ouvido o parecer do Conselho Fiscal, apreciar e votar anualmente as propostas da Direção para o plano de atividades e orçamento para o ano seguinte bem como o relatório de atividades e contas relativos ao ano anterior;
- d) Apreciar e votar, sob proposta da Direção:
  - i) a alteração dos estatutos e do regulamento interno da Associação;
  - ii) a admissão, exclusão e sanções de associados e substituição dos órgãos sociais;
  - iii) a mudança da sede da Associação;

Reunião de

14 MAR, 2017

Docº Agendado com o

Nº 38

- e) Fixar, mediante proposta da Direção o valor da quota a pagar pelos associados;
- f) Apreçar e decidir o recurso de qualquer associado alvo de processo de exclusão de acordo dos Estatutos;
- g) Substituir elementos que perderam a qualidade de associados ou que abandonaram a Associação e que compunham alguns órgãos sociais da Associação;
- h) Definir as linhas de orientação da Associação no que toca à prossecução do seu objeto;
- i) Aprovar a abertura de delegações, bem como o seu regime de funcionamento e de gestão, mediante proposta da Direção ou de pelo menos três associados;
- j) Aprovar a adesão da Associação a outras instituições de cariz associativo;
- k) Participar no capital de sociedades ou outras entidades de carácter privado que, ainda que com objetivo social diferente, contribuam para a prossecução do objeto social da Associação;
- l) Determinar a dissolução da Associação, de acordo com as disposições previstas no Artigo 20º deste Regulamento Interno;
- m) Outras competências previstas na Lei e no Estatutos da Associação.

#### Artigo 10º

#### (DO FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL)

1. Os trabalhos da Assembleia Geral são orientados pela Mesa da Assembleia Geral.

Reunião de

14 MAR, 2017

Docº Agendado com o  
Nº 38

2. A Assembleia Geral reúne ordinariamente duas vezes por ano, em dezembro e março, e extraordinariamente, sempre que para tal for convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por sua iniciativa ou sob proposta da Direção, do Conselho Fiscal, ou a pedido de pelo menos de um quarto dos associados.
3. Quando a reunião extraordinária da Assembleia Geral for proposta pela Direção ou por um quarto dos associados, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral terá de a convocar obrigatoriamente no prazo máximo de dez dias.
4. A Assembleia Geral poderá deliberar em primeira convocatória, desde que estejam presentes, pelo menos, metade e mais um dos seus associados.
5. Não se verificando as condições do número anterior, a Assembleia Geral reunirá em segunda convocatória, trinta minutos após a hora marcada, com qualquer número de associados.
6. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito a voto, com exceção das previstas nos Estatutos.

#### Artigo 11º

#### (CONVOCATÓRIA E ORDEM DE TRABALHOS)

Reunião de

14 MAR, 2017

Docº Agendado com C.

Nº 38

1. A convocatória para qualquer Assembleia Geral, deverá ser feita pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou seu substituto legal, por meio de carta, correio eletrónico ou modo protocolar com a antecedência mínima de dez dias na qual se indicará a data, hora e local da reunião, bem como a respetiva ordem de trabalhos.
2. Nas reuniões a que se refere o número anterior, não poderão ser tomadas deliberações sobre matérias estranhas à ordem do dia, salvo se todos os

associados fundadores estiverem presentes e aprovarem, por maioria qualificada, as alterações propostas.

3. A alteração dos Estatutos e a destituição dos Órgãos Sociais, só poderão verificar-se em Assembleia Geral Extraordinária para esse efeito expressamente convocada e exigem o voto favorável de três quartos do número de associados presentes.

## Artigo 12º

### (DIREÇÃO)

1. A Direção é o órgão de administração e representação da Associação.
2. A Direção é constituída por um Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e quatro vogais.
3. Na primeira reunião de Direção será eleito, dentro dos elementos que a compõem, um Vice-Presidente, que substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos.
4. A Direção reunirá em sessão ordinária uma vez por mês e extraordinariamente sempre que para tal seja convocada pelo Presidente ou, na ausência deste pelo seu substituto.
5. As deliberações da Direção são tomadas por maioria simples, tendo o Presidente voto de qualidade.

## Artigo 13º

### (COMPETÊNCIAS DA DIREÇÃO)

Compete à Direção praticar todos os atos convenientes à prossecução dos fins da Associação, designadamente:

Reunião de

16 MAR, 2017

Agendado com o  
nº 38

- a) Representar a Associação em juízo e fora dele, podendo a Direção delegar essa representação;
- b) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e estatutárias;
- c) Dar resposta atempada a todos os assuntos apresentados pelos associados que caibam no âmbito dos Estatutos e Regulamento Interno;
- d) Apresentar anualmente à Assembleia Geral o plano de atividades, o orçamento, o relatório e contas, bem como as propostas que entenda necessárias para a boa prossecução dos fins da Associação;
- e) Definir, orientar e fazer executar as atividades da Associação de acordo com o plano de atividades e as linhas gerais traçadas e aprovadas pela Assembleia Geral;
- f) Praticar todos os atos convenientes para a prossecução dos fins da Associação;
- g) Propor à Assembleia Geral as alterações ao Regulamento Interno que considere pertinentes;
- h) Propor à Assembleia Geral o valor da quota anual
- i) Propor à Assembleia Geral a admissão de novos associados, mediante pedido destes;
- j) Propor à Assembleia Geral a mudança de sede, e abertura de novas delegações, e do seu regime de funcionamento e gestão;
- k) Propor à Assembleia Geral a aquisição, alienação permuta ou oneração de bens imóveis;

Reunião de

14 MAR, 2017

Doctº Agendado com o  
Nº 38

- l) Obter nos termos da Lei, financiamento ou empréstimos para a realização do objeto da Associação;
- m) Estabelecer protocolos e celebrar contratos e acordos, com organismos do Estado Português ou da União Europeia, no âmbito de subvenções nacionais ou europeias, cuja administração ou execução caiba à Associação;
- n) Gerir subvenções nacionais ou da União Europeia cuja administração e execução seja atribuída à Associação no âmbito de programas de desenvolvimento local dos concelhos da área geográfica de atuação;
- o) Estabelecer protocolos de cooperação e acordos de parcerias com entidades e organizações, públicas ou privadas, de forma a prosseguir o objeto e atribuições da Associação;
- p) Gerir os recursos humanos, admitir pessoal, coordenar o trabalho dos técnicos ao serviço da Associação, celebrar contratos de trabalho, avença e de prestação de serviços;
- q) As demais competências que se mostrem necessárias à execução de atividades incluídas no objeto e atribuições da Associação.

#### Artigo 14º

##### (CONSELHO FISCAL)

1. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização e controlo da Associação;
2. O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente e dois Vogais;
3. O Conselho Fiscal reunirá pelo menos uma vez por semestre e sempre que para tal seja convocado pelo seu Presidente;

Reunião de

14 MAR, 2017

Docº Agendado com o  
Nº 38



4. As deliberações do Conselho Fiscal são tomadas por maioria simples de votos tendo o seu Presidente voto de qualidade.

#### Artigo 15º

##### (COMPETÊNCIAS DO CONSELHO FISCAL)

Compete ao Conselho Fiscal designadamente:

- a) Examinar quando o julgue conveniente, a escrita e documentação da Associação;
- b) Pronunciar-se sobre qualquer assunto que lhe seja submetido pela Direção ou Assembleia Geral;
- c) Emitir parecer sobre relatório e contas de exercício, o plano de atividades e o orçamento do ano seguinte;
- d) Zelar pela correta aplicação das regras legais e estatutárias e das deliberações da Assembleia Geral;
- e) Acompanhar a ação da Direção, colaborando com ela quando para tanto for solicitado e participar nas suas reuniões, quando considerar oportuno;

#### Artigo 16º

##### (EXERCÍCIO ANUAL)

O exercício anual corresponde ao ano civil.

#### Artigo 17º

##### (DISSOLUÇÃO)

Reunião de

14 MAR, 2017

Docº Agendado com o  
Nº 38

1. A Associação só poderá ser dissolvida por deliberação da maioria de três quartos do número de todos os associados, reunidos em sessão expressamente convocada para o efeito;
2. Na Assembleia que decide a dissolução, será nomeada uma Comissão Liquidatória, que salvo deliberação da Assembleia-Geral em contrário, será constituída pelos membros da Direção e Conselho Fiscal, em exercício;
3. Esta Comissão Liquidatória, procederá à liquidação do património da Associação, aplicando os fundos pertencentes à mesma, depois da realização do ativo e pagamento do passivo, de acordo com a lei;
4. É vedada à Associação intervir em fianças, avales, abonos ou garantias em favor de associados bem como proceder a empréstimos em benefício dos mesmos.

#### Artigo 18º

#### (FORO COMPETENTE)

No caso de litígio, todas as questões, serão resolvidas no foro da Comarca da sede da Associação.

Reunião de  
14 MAR, 2017  
Docº Agendado com o  
No 38

N.º SM 7883/2017

Sintra, 20-02-2017 16:44:42

Assunto: Proc.º 68/2017 – Proposta Alteração Estatutos e Regulamento Interno da Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia – A2S

Ana Maria Pereira  
Martins Jerónimo

Digitally Signed by Ana Maria Pereira Martins Jerónimo  
DN: CN=Ana Maria Pereira Martins Jerónimo,  
OU=Certificado para Pessoa Singular,  
OU=Gabinete Jurídico e de Notariado,  
O=MUNICÍPIO SINTRA, C=PT  
Reason: Preencher  
Date: 2017.02.20T16:47:51

Exm.ª Sr.ª Diretora,

Concordo com o presente parecer, propondo o envio ao Exm.º Vereador Pedro Ventura que o solicitou para, em caso de concordância, ser submetida a proposta de alteração dos Estatutos a deliberação de Câmara para posterior envio à Assembleia Municipal. No entanto, à consideração superior.

Sílvia Marques  
Lourenço

Digitally Signed by Sílvia Marques Lourenço  
DN: CN=Sílvia Marques Lourenço,  
OU=Certificado para Pessoa Singular,  
OU=Gabinete Jurídico e de Notariado,  
O=MUNICÍPIO SINTRA, C=PT  
Reason: Preencher  
Date: 2017.02.21T10:47:38

Concordo.

À Consideração do Exmo. Senhor Vereador Dr. Pedro Ventura.

Sandra Isabel  
Magno de Brito

Digitally Signed by Sandra Isabel Magno de Brito  
DN: CN=Sandra Isabel Magno de Brito,  
OU=Certificado para Pessoa Singular,  
OU=Gabinete Jurídico e de Notariado,  
O=MUNICÍPIO SINTRA, C=PT  
Reason: Despacho  
Date: 2017.02.24T15:50:13

1. Ao Exmo. Sr. Presidente da CM Sintra, Dr.  
Basilio Costa, para envio da proposta de alteração  
dos estatutos e regulamento interno da Associação  
para o desenvolvimento sustentável da região  
Saloia - A2S para aprovação em reunião de  
Câmara e posterior envio à Assembleia Municipal.

O VEREADOR,

PEDRO VENTURA

20/02/2017

Reunião de

14 MAR, 2017

Docº Agendado com o  
Nº 38



Informação – Proposta n.º SM 7883

Sintra, 20-02-2017

Assunto: Proc.º 68/2017 – Proposta Alteração Estatutos e Regulamento Interno da Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia – A2S

De: Ana Jerónimo, DJUR

Para: Exma. Sra. Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos, Dra. Sílvia Lourenço

## I

Por email de 31-01-2017 o Exm.º Sr. Vereador Pedro Ventura remete proposta de alteração dos Estatutos da Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia – A2S, a fim de serem posteriormente submetidos a deliberação de Câmara e posterior envio à Assembleia Municipal.

A proposta de alteração dos Estatutos aprovados pela Direção da A2S, deverão ser aprovados pelos órgãos competentes de cada associado, a fim de ser votado na próxima Assembleia Geral da A2S, a realizar previsivelmente no próximo mês de Março, conforme consta do e mail de 26-01-2017.

Na proposta de alteração dos Estatutos salienta-se que o Regulamento interno estava previsto mas nunca foi elaborado, sendo que o seu conteúdo constava dos estatutos, motivo pelo qual na proposta se simplifica o conteúdo dos estatutos e transitam artigos para o regulamento interno.

## II

Por deliberação de Câmara de 21-10-2014 foi decidido submeter a deliberação da Assembleia Municipal a adesão do Município de Sintra à A2S – Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia e aprovação dos respetivos Estatutos, nos termos da Proposta N.º 826-P/2014, e nos termos do disposto na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º, na alínea ccc) do art.º

Reunião de

1

14 MAR. 2017

Docº Agendado com o  
Nº 38

33.º, n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 3 do art.º 1.º, e art.ºs 3.º, 6.º, n.º 1 do art.º 53.º, 56.º e 59.º da Lei 50/2012 (Regime Jurídico da atividade empresarial local e das participações locais) .

Por deliberação da Assembleia Municipal de 19-02-2015 foi aprovada a adesão do Município de Sintra à A2S, nos termos da respetiva Proposta N.º 826-P/2014.

Conforme consta da Proposta N.º 826-P/2014 constituem princípios orientadores da Associação “ (...) 7. c. (...) *promover e incentivar o desenvolvimento local de base comunitária, nos territórios rurais da região norte da Área Metropolitana de Lisboa, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida nas suas diferentes dimensões; d. (...) pretende ser uma Associação de referência, a nível nacional, focalizada no desenvolvimento local de base comunitária baseado na concertação entre parceiros com o objetivo de maximizar as oportunidades e as potencialidades e superar as dificuldades e problemas previamente diagnosticados através da criação de respostas que assentam na inclusão, participação e cooperação*”.

A Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia - A2S, é uma Associação sem fins lucrativos constituída por escritura pública a 21 de janeiro de 2015, que se rege pelos respetivos Estatutos e demais legislação.

A A2S tem por objeto a promoção, por si ou em colaboração com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, do desenvolvimento económico, social e cultural dos concelhos que constituem a sua área de atuação e das suas populações, em especial das zonas rurais e costeiras, com vista à redução de assimetrias locais e sociais e a gestão de programas nacionais, da União Europeia ou cofinanciados, nos termos previstos no art.º 2.º dos Estatutos.

A Associação com vista à realização do seu objeto detém as atribuições legais, designadamente realizar estudos de análise, diagnóstico e levantamento das necessidades na área de intervenção da Associação, promover, apoiar, acompanhar e executar programas de formação com incidência ao nível do desenvolvimento local e demais atribuições previstas no art.º 3.º dos Estatutos.

Reunião de

14 MAR, 2017

Docº Agendado com o  
Nº 38

Efetuada a análise à proposta de alteração ao Estatutos da Associação, afigura-se-nos que as seguintes alterações propostas não levantam qualquer questão de ordem jurídica ou de aditamento/alteração.

Ponto essencial da presente proposta de alteração dos Estatutos decorre da localização da sede da Associação na Av.ª 1.º de maio, n.º 1, na freguesia de mafra, concelho de mafra, e na alteração da designação da área de atuação da Associação - os concelhos da NUTS III Grande Lisboa para a monenclatura atual de NUTSIII - Zona Norte da Área Metropolitana de Lisboa, podendo esta ser alargada por decisão da Assembleia Geral, conforme previsto no art.º 1º. da proposta de alteração dos Estatutos.

A definição do objeto da Associação constante do artigo 2.º dos Estatutos, também sofre alterações, propondo-se um conteúdo genérico e lato, de forma a não condicionar as atividades que possam vir a ser desenvolvidas, explicitando-se, ainda, a título exemplificativo, mas o mais abrangente possível, as temáticas nas quais a Associação pretende intervir, nos termos constantes no art.º 2.º da proposta.

O âmbito do objeto da Associação também sofre alteração resultante da consideração que a gestão de programas nacionais, da União Europeia ou cofinanciados, não constitui objeto da Associação mas sim uma atribuição, sendo a matéria em causa contemplada na norma que prevê as atribuições, ao prever que constituem atribuições da Associação “desempenhar as funções delegadas pelos Programas da União Europeia, Nacionais e Regionais, cfr. n.º 1 do art.º 3.º da proposta.

No que diz respeito às atribuições da Associação a proposta de alteração enumera a título exemplificativo e de forma sintética e genérica as atribuições, em virtude de a atual previsão ser considerada demasiado extensa, específica e repetitiva, conforme art.º 3.º dos Estatutos.

Importa realçar como inserção nas atribuições da Associação a promoção de ações de formação profissional e de capacitação das populações locais, em temáticas enquadradas no objeto da Associação, nos termos previstos no n.º 5 do art. 4.º dos Estatutos.

Reunião de

14 MAR, 2017

3

Docº Agendado com o  
nº 38

Tal como salientado na proposta de alteração do Estatutos que tem como finalidade simplificar o conteúdo dos estatutos e transitar artigos para o regulamento interno, verificam-se as seguintes alterações:

No que diz respeito aos associados importa realçar que na proposta de alteração dos Estatutos, grande parte das normas que disciplinam os associados e constam dos Estatutos, transitam para o Regulamento interno da Associação, ficando nos Estatutos apenas a disciplina respeitante à aquisição da qualidade de associado, categorias e competência para a admissão dos associados.

Assim, as normas que preveem os direitos e deveres dos associados e o abandono ou perda da qualidade de associado, constantes dos artºs 5.º e 6.º e 8.º dos Estatutos, transitam respetivamente para os art.ºs 3.º, 4.º e 6.º do Regulamento Interno, com idêntica redação.

É de salientar na proposta de alteração dos Estatutos a norma que disciplina o abandono ou perda da qualidade de associado prevista no art.º 8.º do Estatuto transita para o art.º 6.º do Regulamento Interno, realçando-se a previsão de sanção para o não cumprimento da obrigação de pagamento da quota de associado no seguintes termos cfr. nº 5 do art.º 6.º “ *O não pagamento de quotas de associado, implica a perda do direito de voto no âmbito da qualidade de associado e impede a sua participação nas listas para as eleições de órgãos sociais*”.

De igual modo na proposta de alteração dos Estatutos a norma que prevê a representação das pessoas coletivas associadas constante do art.º 7.º dos Estatutos, transita para o Regulamento Interno, cfr. consta do art.º 5.º Na norma em causa propõe-se no seu n.º 2 aditamento a prever a obrigatoriedade de comunicação escrita à Associação sempre que ocorra alteração de dirigentes e/ou representantes dos associados nos seguintes termos: “ (..) 2. (...) *No início de cada mandato, cada associado, deverá indicar o seu representante e seu substituto. Deve ser comunicada por escrito, a alteração de dirigentes e/ou representantes dos associados, sempre que este se verifique*”.

No que diz respeito aos órgãos sociais da associação na proposta de alteração dos Estatutos, as normas que preveem a competência e funcionamento, transitam para o Regulamento interno da Associação, ficando nos Estatutos apenas a definição e constituição dos órgãos sociais.

Reunião de

4

14 MAR, 2017

Docº Agendado com o  
Nº 38

No que se refere à Assembleia Geral na proposta de alteração dos Estatutos a norma que prevê a competência e funcionamento da Assembleia Geral, convocatória e ordem de trabalhos constante do art.º 11.º, 12.º e 13.º dos Estatutos, transita respetivamente para o art.º 9.º 10.º e 11.º do Regulamento interno, praticamente sem alterações.

Quanto à Direção na proposta de alteração dos Estatutos a norma que prevê a constituição e funcionamento da Direção constante do art.º 14.º dos Estatutos, transita parte para o Regulamento Interno respetivamente para o art.º 12.º, ficando a constar dos Estatutos apenas a definição, constituição e competências gerais do órgão, conforme previsto no art.º 7.º e 8.º da proposta.

No tocante à constituição da Direção verifica-se alteração da designação dos elementos da Direção, prevendo o Vice-Presidente) que representa o Presidente na sua ausência) e retirado um dos vogais, cfr. previsto no art.º 7.º n.º 2 da proposta “ *A direção é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente que substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos, um secretário, um Tesoureiro e três vogais*”.

Quanto às competências não previstas no art.º 7.º da proposta de alteração e constantes do art.º 15.º do Estatuto transitam para o art.º 13.º do Regulamento interno.

No que diz respeito ao Conselho Fiscal na proposta de alteração dos Estatutos a norma que prevê o Conselho Fiscal constante do art.º 16.º dos Estatutos, transita parte para o Regulamento Interno respetivamente para o art.º 15.º, ficando a constar dos Estatutos apenas a definição, constituição e competências gerais do órgão, conforme previsto no art.º 9.º da proposta.

Por último, no que diz respeito às normas que preveem a dissolução e liquidação da Associação previstas no art.º 20.º do Estatuto, na proposta de alteração transita parte para o art.º 17.º do Regulamento interno, ficando a constar dos Estatutos apenas a dissolução, competência e quorum para o efeito, conforme art.º 12.º da proposta.

Reunião de

14 MAR, 2017

Decorado Agendado com o  
n.º 38



### III

#### Conclusão:

1. A proposta de Alteração dos Estatutos da Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia – A2S e proposta de Regulamento interno, mostram-se conformes e não levantam qualquer questão de ordem jurídica ou alteração/aditamento, pelo que afigura-se-nos que nada obsta a que a Câmara Municipal delibere aprovar a submissão à Assembleia Municipal da alteração dos Estatutos, ao abrigo do disposto na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º, na alínea ccc) do art.º 33.º, n.º 1, da Lei 75/2013.

2. Mais se propõe que se dê conhecimento ao Exm.º Sr. Vereador Pedro Ventura.

À consideração superior

A Jurista  
Ana Jerónimo

Reunião de  
14 MAR, 2017  
Docº Agendado com o  
nº 38